

PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O APOGEU DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE¹

Lurdete Castelan Novicki²
Tania Maurícia Willamil Silva³
Alaim Souza Neto⁴

Resumo

O artigo objetiva analisar o avanço do neotecnicismo no sistema capitalista, agora ultradigitalizado, em interface com a plataformação da educação e seus impactos ao trabalho docente. A partir de pesquisa bibliográfica, com fundamentos do neotecnicismo de base digital e da Nova Gestão Pública, discute-se a educação escolar brasileira contemporânea. Revela-se o empresariamento da educação com as empresas de tecnologia digital, materializada em parcerias e convênios, racionalidade que coloca em xeque a defesa da educação pública e alerta para a precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Plataformação da Educação; Neotecnicismo Digital; Nova Gestão Pública; Trabalho Docente.

LA PLATAFORMIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN: EL PUNTO ÁLGIDO DE LA PRECARIEDAD EM EL TRABAJO DOCENTE

Resumen

El artículo objetiva analizar el avance del neotecnicismo en el sistema capitalista, ahora ultradigitalizado, en interfaz con la plataformización de la educación y sus impactos al trabajo docente. A partir de investigación bibliográfica, con fundamento del neotecnicismo de base digital y de la Nueva Gestión Pública, se discute la educación escolar brasileira contemporánea. Se revela el empresariamento de la educación con las empresas de tecnología digital, materializada en asociación y convenios. Esa racionalidad coloca en jaque la defensa de la educación pública y alerta para la precarización del trabajo docente.

Palabras clave: Plataformización de la Educación; Neotecnicismo Digital; Nueva Gestión Pública; Trabajo docente.

PLATFORMIZATION OF EDUCATION: THE APOGEE OF THE PRECARIZATION OF TEACHING WORK

Abstract

This article aims to analyze the advancement of neo-technicism within the capitalist system, nowadays highly digitalized, in connection with the platformization of education and its impacts on teaching work. Drawing on a bibliographic study, grounded in digitally based neo-technicism and New Public Management, the article discusses contemporary Brazilian school education. The study reveals the corporatization of education through institutional partnerships and formal agreements with digital technology companies. This rationale challenges the defense of public education and raises concerns about the precarization of teaching work.

Keywords: Platformization of Education; Digital Neo-technicism; New Public Management; Teaching Work.

¹ Artigo recebido em 25/05/2026. Aprovado em 14/07/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.68685>

² Doutoranda na Linha Sociologia e História da Educação (SHE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSC). Graduada em Pedagogia e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Email: lurdetenovicki@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5634583340840964>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0824-5734>.

³ Mestranda na linha Sujeitos, Processos Educativos e Docência, no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFSC). Graduada em Pedagogia. Email: tania85431@gmail.com.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5895232096434338>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7074-9154>.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Curriculares (OPC/UFSC). Email: alaim.souza@ufsc.br.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6523042315588659>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5565-1367>.

Introdução

A Lei n. 14.533, de 11 de janeiro de 2023, instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED), que procura normatizar algumas questões de inovação, inclusão e tecnologia digital no ensino, alterando diversas leis, inclusive a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). A Pned também determina a promoção de competências digitais, midiáticas e informacionais, com certificações, projetos e práticas pedagógicas no domínio da lógica, dos algoritmos, da programação digital, bem como na formação de gestores e de profissionais da educação.

Nesse sentido, as prerrogativas apresentadas nos instigam a pensar que não é suficiente, ainda que seja fundamental, as redes de ensino disporem de uma infraestrutura digital. Em que pese a promulgação de marcos regulatórios, nossa realidade educacional exige um olhar crítico da totalidade, distinguindo quando se faz o uso das tecnologias digitais de modo simplesmente instrumental/tecnocrático e quando se mobiliza tecnicamente esses recursos, a partir de um posicionamento crítico, emancipatório e intelectual para satisfazer as necessidades humanas (Barbosa; Alves, 2023).

Ao dissertar sobre o conceito-chave “*tecnicismo*” (Saviani, 2008), o artigo tem como objetivo analisar o avanço da sua vertente no contexto ultradigitalizado, o tecnicismo digital, demarcando suas interfaces com a plataformização da educação e seus impactos ao trabalho docente. Aponta-se que as dimensões, jurídica e crítica, que pautam a discussão sobre a inserção das tecnologias digitais no campo educacional estabelecem entre si uma contradição teórico/prática, o que nos levou à questão: a inserção apenas instrumental das tecnologias digitais tem reforçado o fenômeno da plataformização da educação e a consequente precarização do trabalho docente? Para responder essa problemática, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, alicerçada em autores que pautam seus escritos no materialismo histórico-dialético.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, apresentamos a metodologia da pesquisa. Em seguida, circunscrevemos os preceitos da vertente ‘*tecnicista*’ no quadro da educação escolar brasileira, destacando como ela fundamenta as práticas educacionais desde

os anos 1960 no contexto da reestruturação produtiva de acumulação flexível. Os dados das pesquisas correlatas são analisados na sequência, momento em que se observa como o *tecnicismo* permaneceu no campo educacional sob a alcunha do *neotecnicismo*, contribuindo fortemente com os pressupostos da racionalidade da Nova Gestão Pública (NGP) em meio às políticas neoliberais instauradas no Brasil na década de 1990.

Por fim, discute-se como o tripé *neotecnicismo*, NGP e neoliberalismo avançaram sobre o campo educacional, como *novus operandi* para a reprodução do sistema capitalista, abrindo espaço para que agências e os organismos internacionais atuassem de forma hegemônica na condução de reformas e de contrarreformas que passam desde a elaboração das diretrizes curriculares, dos parâmetros de avaliação, a formação de professores, os Projetos Políticos Pedagógicos até a própria docência e as condições de trabalho dos(as) professores(as), transmutando a função social da escola. Nessa discussão, são apresentados os impactos ocasionados pelo fenômeno da plataformização da educação, refletindo como ele, além de modificar drasticamente as relações pedagógicas, alçando-as para o plano ultradigitalizado, tem causado o aumento exponencial da precarização do trabalho em meio à intensificação, exploração e expropriação da prática docente.

Percurso metodológico da pesquisa

A pesquisa é, para todo pesquisador, um complexo desafio, pois o processo de produção e de sistematização do conhecimento científico é árduo. O exercício de pesquisar passa, sobretudo, pela vivência no espaço acadêmico, notadamente, na pós-graduação, sendo necessário a quem pesquisa embebedar-se dos fundamentos teóricos. Isso porque,

À luz de uma concepção crítica do processo do conhecimento, de ensino e aprendizagem, todos os momentos e espaços do ensino superior deveriam estar perpassados pela postura e práticas investigativas. Com maior razão ainda, no âmbito da pós-graduação essa postura é absolutamente indispensável, pois a prática da investigação científica encontra aí o seu lugar natural, uma vez que sua atividade específica é a própria pesquisa (Severino, 2009).

Este escrito compõe uma tentativa do que aponta Severino (2009), tornando possível viver a “[...] reafirmação da pós-graduação como lugar de produção de

conhecimento e da decorrente centralidade da pesquisa, explicitando, na sequência, as exigências epistemológicas, metodológicas e técnicas do processo investigativo”. Nessa concepção, destaca-se que o referido processo foi alicerçado com muita leitura, discussão e compreensão dos teóricos que fundamentam esta pesquisa e, também, do estudo das pesquisas correlatas encontradas.

Ao efetivar as leituras dos trabalhos encontrados, notou-se uma linha de contradições que se entrelaçam e de disputas que acontecem entre as diferentes classes sociais, tendo como subsídio as questões que tratam da acumulação de capital, do neoliberalismo e da atual plataformização no campo educacional. A realização do texto deu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada no método materialista histórico-dialético, tomando como base estudos de Saviani (2008), Freitas (1992, 2018, 2023), Antunes (2017, 2023), Lukács (2003), Kosik (1995) e Laval (2019). A opção por esse método apoia-se na compreensão de que a relação entre a educação e a tecnologia estão na base conceitual do fenômeno da plataformização da educação e, portanto, interessa-nos o método na medida em que ele nos ajuda a compreender o fenômeno em suas contradições e disputas econômico-políticas. Embora contenha suas particularidades no campo educacional, a educação e a tecnologia integram a totalidade concreta do modo de produção capitalista. Essa articulação se expressa na categoria de totalidade, apreendida por Karl Marx a partir da inversão materialista da dialética hegeliana, segundo a qual as partes e o todo se determinam reciprocamente, constituindo o nosso fundamento metodológico.

Quanto ao levantamento bibliográfico, ele foi efetuado na base de dados do *Google Scholar*, a fim de identificar as pesquisas correlatas ao objeto. Na busca, foram usados quatro descritores: trabalho docente, plataformização da educação, neotecnicismo e neoliberalismo na educação. Das pesquisas encontradas, obtiveram-se, inicialmente, 46 trabalhos. Para refinar a investigação, adotou-se, como critérios de inclusão, o recorte temporal que compreende os anos de 2014 a 2024 e os estudos publicados em Língua Portuguesa, perfazendo-se, portanto, 36 pesquisas. Na sequência, mobilizou-se o critério de proximidade do assunto com os títulos dos trabalhos, excluindo livros, restando apenas 23 estudos. Nesse refinamento, o recorte temporal foi alterado, sem a intenção direta dos pesquisadores, localizando trabalhos publicados no período 2022-2024). Entende-se que a quantidade de estudos

encontrados nesse recorte está em estreita relação com a janela de oportunidades que a pandemia de Covid-19 promoveu às plataformas educacionais como *modus* de oferta de ensino em contexto de distanciamento geográfico e social exigido pelo confinamento contingencial decretado como forma de reduzir a contaminação pelo novo coronavírus.

Um novo refinamento se deu após a leitura na íntegra dos textos e da verificação da natureza de cada estudo, resultando doze trabalhos. Na última leitura para a formação do *corpus* de análise, dos oito artigos restantes, um foi excluído por sua parca relação com o objeto investigado. No nível da pós-graduação *stricto-sensu* foram identificadas uma Dissertação de Mestrado e três Teses de Doutorado. No entanto, uma tese foi excluída, por não se relacionar aos objetivos pretendidos, o que resultou o quantitativo de dez pesquisas selecionadas para análise, as quais estão sintetizadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Síntese das pesquisas para a revisão de literatura

Pesquisa	Tipo de Trabalho	Autores	Ano	Síntese dos temas abordados
<i>A outra face da era digital: nova gestão pública e controle do trabalho docente</i>	Artigo	Mello; Santos; Pereira	2022	Durante a pandemia, as ferramentas digitais foram essenciais para a NGP na rede estadual de ensino da Bahia. Esse modelo, alinhado a interesses privados, reforça mecanismos de controle sobre o trabalho docente.
<i>A plataformização nas políticas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro</i>	Dissertação	Mendes	2024	As políticas da SME-Rio (2020-2024) reforçam o discurso neoliberal, precarizando o trabalho docente e limitando uma cultura digital crítica.
<i>A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos</i>	Artigo	Barbosa, Alves	2023	Durante a pandemia, diretrizes internacionais ampliaram a mercantilização da educação, padronizando currículos e fortalecendo o empresariamento educacional.
<i>Cibertecnicismo</i>	Artigo	Carvalho ; Pimentel	2022	O cibertecnicismo é uma abordagem didático-pedagógica instrucionista que automatiza a educação via tecnologia, reduzindo a mediação humana.
<i>Docilidade e disciplinamento do</i>	Artigo	Betlinski,	2023	Reflete como a racionalidade neoliberal influencia o

<i>professor no contexto do projeto educativo neoliberal</i>		Santos		disciplinamento docente, promovendo uma educação mercadológica baseada no empreendedorismo e na meritocracia.
<i>Educação delivery: diretrizes internacionais para a educação básica na conjuntura pandêmica ampliam a mercantilização da educação</i>	Artigo	Souza; Motta	2024	Critica como as diretrizes internacionais reforçam a mercantilização da educação, subordinando o trabalho docente aos resultados.
<i>EdTech e a plataformação da educação</i>	Tese	Silva	2022	As <i>EdTechs</i> impulsionam a mercantilização da educação, impactam o trabalho docente e reforçam a vigilância e a coleta de dados.
<i>O Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo: empresariamento, militarização e controle do trabalho educativo</i>	Artigo	Silva, Gonzalez	2024	Analisa os documentos que embasam o Programa Ensino Integral na Rede Estadual de São Paulo, explicitando seu alinhamento aos ideais empresariais e militares de controle do trabalho educativo.
<i>Pesquisa-ação e gerencialismo de plataforma da rede estadual paulista de educação</i>	Artigo	Dias; Silva; Jacomini; Rocha	2024	A NGP e o gerencialismo de plataforma ampliaram o controle docente via tecnologia na pandemia, alinhando a educação a uma agenda global.
<i>Uberização do Trabalho Docente: Reconfiguração das Condições e Relações do Trabalho Mediados por Plataformas Digitais</i>	Tese	Teixeira	2022	A uberização e plataformação precarizam o trabalho docente, impulsionando a privatização do ensino no Brasil.

Fonte: Elaborado pelas autoras durante a análise dos dados (2025).

Na Tabela 1, observa-se que a plataformação da educação é o tema que permeia os trabalhos encontrados, porém, cada pesquisador refinou seu estudo sob uma percepção singular, relacionada à individualidade, à consciência e às relações sociais sob o capitalismo, observada em cada investigação, sem perder a dimensão da totalidade. De acordo com Lukács (2003), a utilização do método de Marx pretende visualizar a relação da totalidade entre as particularidades. Sendo assim, ao analisar a plataformação/tecnologia e a educação, compreende-se o tema na totalidade do sistema capitalista, evidenciando as suas contradições e as disputas, bem como os potenciais agentes de mudanças.

Entender o fenômeno da plataformização da educação exige que se suplante o fetichismo dado à tecnologia no modo de produção capitalista. É necessário ultrapassar a aparência de grandes benefícios que o tema parece indicar à primeira vista, para, então, “[...] compreender [que] o fenômeno é atingir a essência” (KOSIK, 1995, p. 16). Esse movimento é fundamental para buscar a complexidade, uma vez que

A distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade ou, numa palavra, a “cisão do único”, é o modo pelo qual o pensamento capta a ‘coisa em si’. A dialética, é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível, chegar à compreensão da realidade (Kosik, 1995, p. 37).

Nessa esteira, para compreender a totalidade do fenômeno, é importante refletir sobre qual realidade está posta a respeito da plataformização da educação, ou seja, o que está ou não explícito. Dessa forma, para a análise dos dados, optou-se por utilizar a correlação da fundamentação teórica a partir de autores da perspectiva crítico-dialética, paralelamente aos contributos dos pesquisadores encontrados no levantamento bibliográfico.

Dos referenciais teóricos da pesquisa

De acordo com Saviani (2008), os primeiros sistemas nacionais de ensino datam de meados do século XIX e tiveram como base o princípio universal do direito de todos à educação, em comunhão com o Estado. Ao estabelecer estreita relação entre marginalidade e ignorância, a escola surgia como um remédio capaz de equacionar as desigualdades por meio da difusão do conhecimento acumulado e logicamente sistematizado. Entretanto, a Escola Tradicional, ao não satisfazer mais aos anseios da sociedade, fez o campo educacional sofrer uma inflexão, levando o Estado à implantação de um novo corpo, nascendo, daí, a expressão tipicamente conhecida como escolanovismo.

A luta por uma escola nova também renovou a crença na função salvacionista de equalização social creditada a essa instituição, transferindo-lhe, outra vez, o papel fundamental de corrigir as distorções sociais expressas pelo fenômeno da marginalidade que fortemente se perpetuava. Esse movimento inaugurou um marco

temporal consubstanciado por algumas diretrizes teóricas da pedagogia tradicional, mas contrastando com novos esforços que visavam colocar não mais o professor no centro do processo pedagógico, mas sim o estudante.

Para Saviani (2008), na Pedagogia nova, a marginalidade deixa de ser entendida predominantemente sob o ângulo da ignorância para ser concebida sob o ponto de vista do rejeitado. Essa concepção já era defendida na Pedagogia tradicional, quando os indivíduos rejeitados eram os supostamente marginalizados, considerados “anormais” ou, ainda, “[...] desajustados e inadaptados de todos os matizes” (Saviani, 2008, p. 14). Contudo, para esse mesmo autor, a Escola Nova não conseguiu alterar o panorama organizacional dos sistemas escolares, organizando-se basicamente como modelos de escolas experimentais ou como núcleos raros, com infraestrutura boa e bem equipada, atendendo, sobretudo, a grupos seletos. Em que pese a difusão esperançosa do ideário escolanovista, é indispensável registrar as consequências mais negativas do que positivas desse movimento, ao provocar o afrouxamento do ensino fundado na premissa do *aprender a aprender* e a consequente despreocupação com a transmissão de conhecimentos.

No final da primeira metade do século XX, as esperanças depositadas na reforma escolanovista apresentavam sinais visíveis de exaustão. Sentimento de frustração e de decepção se espalhavam nos meios educacionais. A partir dessa crise, conforme Saviani (2008, p. 10), houve tentativas de gestar uma espécie de “Escola Nova Popular”, inspirada nos pressupostos das pedagogias de Célestin Freinet e de Paulo Freire. Esse modelo dos métodos pedagógicos presentes no escolanovismo iria se radicalizar de tal modo, que resultou na “[...] eficiência instrumental”. Surge dessa ideia uma nova teoria educacional centrada na racionalidade, na eficiência e na produtividade da ação pedagógica, a Pedagogia tecnicista. Freitas (1992) assevera que o tecnicismo era defendido nos espaços escolares desde os anos de 1970, forjando uma formação na qual a técnica prevalecia sobre o processo pedagógico. Nele, o estudante era visto como um mero receptor de informações ou como um depositário, o que Paulo Freire (1921-1997) denominou de *educação bancária*. A Pedagogia tecnicista, cujo centro das práticas pedagógicas é a neutralidade científica, inspirada nos pressupostos da racionalidade, da eficiência e da produtividade, visou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional, em estreita relação com o trabalho fabril (Saviani, 2008).

A vertente tecnicista, vale dizer, começou a ser gestada a partir da lógica taylorista de organizar racionalmente as relações de trabalho, acreditando-se que essa lógica reduziria as interferências subjetivas que poderiam pôr em risco sua eficiência. Nesse entender, os objetivos educacionais passaram a ser operacionalizados, tanto pelo trabalho pedagógico mecanizado que utilizava esquemas de planejamento previamente formulados, quanto pelas técnicas padronizadas que deveriam se ajustar às diferentes modalidades de disciplinas. Nessa vertente, o elemento principal consistia na organização racional dos meios, cujos processos educativos seriam planejados e coordenados por outrem, realocando, assim, o professor e o aluno a uma posição periférica. Já o controle das práticas escolares ficaria a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos e imparciais, destituindo o papel do professor de qualquer uma dessas tarefas. Professor e aluno, nessa lógica, seriam alçados à mera condição de executores, sob a justificativa de uma suposta eficiência compensatória que supriria lacunas formativas do professor (Saviani, 2008).

Ainda no que se refere à Pedagogia tecnicista, a marginalidade não tem relação com a ignorância, nem com o sentimento de rejeição, ou seja, “[m]Marginalizado será o incompetente (no sentido técnico da palavra), isto é, o ineficiente e improdutivo”. A educação escolar, nessa perspectiva, volta seu trabalho para a superação do problema da marginalidade e, assim, alcançar a equalização social, contribuindo para a formação de indivíduos “[...] eficientes, isto é, aptos a dar sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade” (Saviani, 2008).

Conforme essa premissa, os agentes à margem da sociedade representariam uma ameaça ao funcionamento do sistema social. Em outras palavras, a marginalidade, entendida pelos pressupostos teóricos da Pedagogia tecnicista como ineficiente e improdutiva, recaía sobre os ombros do próprio indivíduo, considerado anômico à estabilidade social. Quando há lacunas nas partes, o desempenho de sua totalidade é afetado devido à interdependência inerente às funções sociais. Nessa engenharia funcional, em que a educação escolar é concebida como um subsistema ou uma parte do todo, esta passa a ser devedora de oferta de treinamento e execução das múltiplas tarefas exigidas para alcançar a ordem e a regulação social. Os contornos dessa Pedagogia têm como fatores as mudanças ocorridas no sistema de produção capitalista dos anos 1960, principalmente as renovadas formas de

dominação do capital sobre o trabalho, responsáveis pelo desencadear de uma crise estrutural em diversos campos, notadamente no educacional. Nas palavras de Antunes (2017, p. 64), a virada de chave emerge a partir da necessidade de reestruturação dos setores produtivos por meio da “[...] flexibilização do trabalho utilizando o modelo do toyotismo, com vistas a repor o projeto de hegemonia do capital”.

Na sequência, discute-se a Pedagogia tecnicista inserida no contexto neoliberal que chega com força no Brasil a partir dos anos de 1990. Nesse novo cenário, o *tecnicismo* se transmuta no que Freitas (1992) denominou de *neotecnicismo*, caminhando lado a lado com a política privatista que suplantou a Gestão Democrática, qual seja, a NGP. Desde então, o tripé *neotecnicismo*, neoliberalismo e NGP tem gerado uma forte crise na educação escolar, colocando em xeque suas dimensões históricas enquanto um bem público, impactando fortemente na docência, o que aumentou a precarização docente.

Análise e discussão dos dados

Com a pandemia de Covid-19, uma nova exigência ganhou força, qual seja, o uso de plataformas e de diferentes ferramentas digitais no processo de ensino e aprendizagem. Embora a Nova Gestão Pública, de construção ideológica empresarial, tenha sua entrada e origem emblemática nas redes de ensino ainda nos anos 1990, arquitetada que foi a partir dos interesses privados, com intenso foco no controle e no gerenciamento, durante a pandemia, ela foi aprofundada com base em movimentos internacionais de reformas educativas de base digital que, notadamente, se expressam na adoção de plataformas e de infraestruturas tecnológicas no ensino e na gestão escolar, com fortes impactos à precarização do trabalho docente (Antunes, 2017).

A Nova Gestão Pública (NGP) se pauta no aumento do acúmulo de capital, cuja produção de valor se materializa em contratos, parcerias, convênios, consultorias e prestações de serviços de toda ordem entre público e privado. Fundamenta-se, portanto, no discurso neoliberal e, por meio de determinações políticas e internacionais, se desdobra em legislações e diretrizes prescritivas que padronizam e homogeneízam o ensino, assegurando que o empresariamento da educação

aconteça e chegue à ponta do sistema: o interior das escolas (Lima; Peroni; Pires, 2024). São políticas educacionais que, aprovadas e implementadas, reforçam as lógicas de atender exclusivamente às demandas do capital, com o discurso de transformação digital da educação, desconsiderando os aspectos pedagógicos (Matiola; Santos; Sousa Neto, 2026). Para Freitas (2023), essa racionalidade liberal-burguesa, atualmente impulsionada pelas BigTechs e EdTechs, tem buscado o controle, a vigilância e o monitoramento do trabalho docente, bem como a prática do empreendedorismo e a exaltação da meritocracia.

A retomada de contradições pela Nova Gestão Pública

De acordo com Freitas (2013), o quadro conceitual e analítico apresentado por Saviani (2008) é absolutamente atual, seja por estabelecer estreita relação com outro fenômeno, o *neotecnicismo digital* (Freitas, 1992), seja por recuperar pressupostos próprios da Pedagogia tecnicista, agora mobilizada e inserida na articulação política liberal conservadora que se convencionou chamar de neoliberalismo (Freitas, 2013).

O sociólogo francês Christian Laval atribui ao neoliberalismo grande parte da degradação mundial das condições de vida e do trabalho, assim como a deterioração das instituições educacionais, universitárias e científicas. Nesse contexto, “[a]A ‘nova razão do mundo’, ou ‘norma neoliberal’, [...] quando se estende muito além do campo econômico *stricto sensu*, é acima de tudo a racionalidade do capital transformada em lei social geral” (Laval, 2019, p. 23). Para esse mesmo autor, o pragmatismo que permeia o projeto neoliberal o isenta de ser entendido como uma ideologia ou, menos ainda, como doutrina, porque opera, em certa medida, de modo despercebido no tecido social. Acaba, assim, por subtrair as subjetividades humanas e faz avançar o processo de desumanização no mundo que se pretende globalizado. Um modelo de produção que extrai dos seres humanos a capacidade de realização naquilo que produzem e baliza as relações sociais, de trabalho e escolares a partir da competição, do desempenho e das competências.

A onda neoliberal instalada nos governos brasileiros a partir dos anos 1990 incorporou pautas empresariais com diversas repercussões no campo educacional, introduzindo outros mecanismos de vigilância e de controle do trabalho docente, aprofundando-se com o *neotecnicismo digital* (Freitas, 2023). Diversas foram as vias

pelas quais o tecnicismo se expandiu e chegou às práticas educativas atuais, apresentando-se com uma nova roupagem, o neotecnicismo, tomando como base o uso de diferentes tecnologias digitais, notadamente vistas como soluções para os dispositivos de avaliação em larga escala (Freitas, 2023; Lima; Peroni; Pires, 2024; Matiola; Santos; Sousa Neto, 2026).

Observa-se, a partir dessa expansão, que se tornam comuns na gestão escolar “[...] mecanismos de mercado e métodos de gestão inspirados na lógica empresarial, em nome da eficiência e [da] democracia” (Laval, 2019). Com essas estratégias, a racionalidade liberal ganha contornos mais acentuados, ditando propostas curriculares padronizadas, alicerçadas nas habilidades e nas competências, na eficiência e na produtividade humana, reduzindo a organização do processo de ensino e aprendizagem a resultados. Marcadamente, a partir da implementação dessa racionalidade no sistema educacional brasileiro, os indicadores externos passaram a monitorar não só a ação educativa docente, mas os resultados que ela deveria alcançar pelas mãos dos estudantes.

Transfigurado o tecnicismo, o neotecnicismo ganha força, forma e significado nas reformas ou contrarreformas curriculares balizadas pelas habilidades e competências,⁵ as quais “[...] transmutam a linguagem do direito à educação para o direito à aprendizagem, promovendo um estreitamento da função social da escola e sua subsunção ao mercado, ou seja, o papel da escola passa a ser [o de] prestadora de serviço às empresas e à economia” (Dias *et al.*, 2024, p. 14).

No projeto de empresariar a educação, Teixeira (2022) identifica os sistemas de apostilamento que visam institucionalizar currículos impositivos, os quais cerceiam o trabalho intelectual docente por meio de

[...] esquemas pedagógicos prontos, que não enxergam realidades locais, as formações e ‘reciclagens’ de professores, que servem mais para incutir a ideologia da privatização do que promover formação continuada, avaliações do tipo standard [...] (Teixeira, 2022, p. 14).

Todos esses dispositivos favorecem a administração por objetivos e a gestão empresarial que tem como finalidade maior a lucratividade, dispensando pouca atenção para as demandas sociais. Do mesmo modo, Souza e Motta (2024) analisam

⁵ Conforme Dias *et al.* (2024, p. 3), “Os Parâmetros Curriculares Nacionais são a expressão deste enfoque nos anos 1990. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é estruturada em torno de habilidades e competências intelectuais e emocionais”.

o imperativo da entrega de resultados no projeto educativo hegemônico face à vinculação aos interesses da virada pró-acumulação financeira do capitalismo mundial. As autoras revelam que a mercantilização da educação transmutou o papel da educação escolar, subsumindo-a aos interesses de um projeto hegemônico de educação que condiciona os países da periferia capitalista à posição de servidão financeira. Compõe, ainda, o arsenal estratégico dessas agências, a aplicação de testes padronizados externos como sendo o caminho mais eficaz para acompanhar e melhorar o desempenho dos estudantes, operando “[...] por meio de redes sociais interconectadas que alimentam variadas frentes para a educação escolar ser tanto convertida pela lógica da forma-mercadoria, quanto disputada como nicho de mercado a ser explorado” (Souza; Motta, 2024).

O modo de produção capitalista em sua vertente neoliberal converge, assim, para uma obscura parceria entre duas esferas historicamente distintas: a pública e a estatal. Dessa fusão, surge a Nova Gestão Pública, a qual faz avançar, sobre o campo educacional, a maneira empresarial de administrar os negócios (Souza; Motta, 2024). Ao tratar das políticas educacionais, a NGP prevê a interferência de organismos internacionais no estabelecimento de diretrizes curriculares, na formação de professores e nos parâmetros de avaliação, atravessando os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e, conseqüentemente, as práticas educativas (Mello *et al.*, 2022). Expande-se, desse modo, sua força política em aliança com agências multilaterais e grandes corporações empresariais de capital aberto (Souza; Motta, 2024).

Conforme Mello *et al.* (2022), a implementação da NGP ganhou ares de legitimidade pela suposta necessidade de superação da ossatura burocratizada em que se encontrava o Estado brasileiro, estratégia usada para instaurar uma nova regulamentação nos moldes neoliberais de gerir os bens públicos. Isso porque, segundo Freitas (2021, *apud* Silva, 2022), consubstancia-se pela ingerência do Estado e pelo “[...] novo projeto norteado por uma perspectiva de aprendizagem flexível e ancorado no neotecnicismo liberal acelerado”.

A estratégia também tem contornos claros nos estudos de Dias *et al.* (2024), os quais asseveram uma intensificação gerencialista que se deu no período 1995-2018, denominado de gerencialismo de plataforma. Essa lente analítica se refere a uma nova forma de orientar a gestão escolar e o trabalho docente, para enquadrar os

processos de ensino e aprendizagem e as práticas pedagógicas. Esta última, deve se voltar para a

[...] realização de metas alheias à realidade escolar, definidas em instâncias externas à escola que controlam de forma sistêmica e sistemática o trabalho do magistério e as ações dos estudantes por meio de tecnologias da informação estruturadas em plataformas (Dias *et al.*, 2024).

Nesse sentido, o gerencialismo de plataforma auxilia-nos a apreender o nível de cerceamento pelo qual o trabalho docente está preso. Ao tornar eficácia e eficiência conceitos balizadores nos documentos oficiais, o novo gerencialismo retira a “[...] autonomia da escola, [a] gestão democrática e [a] construção de processos educativos articulados à territorialidade e à qualidade socialmente referenciada da educação pública” (Dias *et al.*, 2024).

Assim, quando as secretarias de educação passam a se orientar por dispositivos como a eficiência, a eficácia e a competitividade, por exemplo, a adesão a esse tipo de gerencialismo é quase que compulsória, de modo a padronizar os conteúdos e homogeneizar os processos educativos desenvolvidos nas instituições de ensino. Isso equivale a dizer que a “[...] educação pública tem como princípio constitucional a gestão democrática e como prática o gerencialismo” (Dias *et al.*, 2024), fazendo coexistir duas formas absolutamente distintas de conduzir a educação escolar.

Esse projeto (des)educacional acentua as desigualdades sociais ao impossibilitar a mobilidade social intergeracional da classe trabalhadora, conduzindo nossos jovens a ocuparem postos de trabalho precarizados, desregulamentados e subalternos. A juventude serve, portanto, como mão de obra barata ou excedente para que grupos seletos se mantenham na engrenagem capitalista de detenção de capital e de poder.

Por fim, observa-se que o “*tecnicismo*” e o “*neotecnicismo*” permanecem no campo educacional de várias formas. Ancorado no neoliberalismo, o “*neotecnicismo*” vem ganhando cada vez mais força, surgindo uma nova versão, denominada por Freitas (1992) e reiterada por Silva (2022) de *neotecnicismo* liberal acelerado. Do mesmo modo, a NGP também nasce com seus sustentáculos cravados na política neoliberal que, ao suprimir a Gestão democrática do Estado, adquire nova roupagem

por sua forma mais sofisticada de gerir, denominada por Dias *et al.* (2024) de gerencialismo de plataforma.

A plataformização da educação: o apogeu da precarização do trabalho docente

A partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia passou a ocupar um lugar central no processo produtivo e nos investimentos estatais. Naquele contexto, as novas tecnologias digitais passaram, a um só tempo, a reduzir a força de trabalho humana e a elevar a produtividade, consequentemente, a educação pública escolar constituiu-se como mais um importante meio para dar continuidade a essa estratégia. Tornou-se, assim, alvo constante de discursos que versam sobre a importância de uma suposta inovação rumo ao progresso – por meio da inserção das tecnologias digitais nas instituições de educação, que resulta na desvalorização do professor –, já que a ideia é “[...] redefinir o próprio trabalho docente e o magistério, contribuindo para a construção de outra concepção de escola, inserida em um livre mercado competitivo” (Freitas, 2018).

Esse movimento pela inovação, vale ressaltar, tem se difundido com a exaltação da importância de preparar a população estudantil às novas exigências do mercado de trabalho, bem como para o domínio das novas tecnologias no século XXI.

Observa-se, nessa conjuntura, que, como pano de fundo dessa necessidade, há um fetichismo tecnológico, uma importante chave de leitura para identificar como certos discursos associam, de modo impositivo, a inovação e o progresso apenas inserindo plataformas digitais nos diversos setores sociais da esfera pública, dentre eles, o educacional.

Corroborando essa leitura, Barbosa e Alves (2023), ao abordarem a reforma do NEM, afirmam que a ampliação do uso das plataformas no estado do Paraná vem assumindo papel central no nível de educação. As autoras analisaram discursos do secretário estadual de educação do Paraná, à época (2022), nos quais ele exalta a inserção das tecnologias digitais como responsável pela “vontade de aprender” dos estudantes. Nas palavras do secretário,

É impressionante o progresso que os nossos alunos tiveram nas plataformas ao longo deste ano. Foram milhões de redações feitas, outros milhões de exercícios de inglês concluídos. Nos desperta muito orgulho ver os estudantes com vontade de aprender, se dedicando

cada vez mais, e os professores se reinventando, agregando tecnologia às suas aulas e cativando turmas inteiras, diz Renato Feder, secretário da Educação do Paraná (Barbosa; Alves, 2023, p. 4).

Esse discurso, repleto de fetichismo em relação às plataformas digitais, contrapõe-se ao que as pesquisadoras apontam como fundamental. Para Barbosa e Alves (2023), a compreensão do caráter político e ideológico que repousa no campo tecnológico é forte, responsável pela produção da cultura digital que está posta, o que torna indispensável uma “[...] investigação acerca das assimetrias, suposições e crenças subjacentes ao uso e apropriação dos recursos tecnológicos, que requer a compreensão crítica e intelectual desse fenômeno social” (BARBOSA; ALVES, 2023, p. 17). As autoras concluem que o arsenal tecnológico, ao mediar novas e mais sofisticadas formas de controle, embaraça as relações e torna frágil o reconhecimento da necessidade de resistência à dominação que a própria tecnologia impõe. O suposto véu da neutralidade encobre as imposições e conforma os indivíduos às vontades de outrem, tornando-os passíveis às condições de exploração.

Nos últimos cinquenta anos, conforme o já exposto denota, “[...] organizações de interesse privado e organismos internacionais, alinhados a uma agenda global, redefiniram diretrizes, objetivos, princípios da educação, assim como a formação docente e sua atuação” (Mello *et al.*, 2022, p. 19). Do mesmo modo, a parceria público-privada tem gerado um modelo específico de gestão da educação, cuja intenção é controlar a docência, reorganizando o trabalho didático sob as bases do neoprodutivismo. Nele, presencia-se uma outra “[...] ordem didático-pedagógica relacionada à perspectiva econômica, na qual não há lugar para todos, baseando-se na exclusão” (Silva; Gonzales, 2024, p. 18). É nessa perspectiva que a NGP vem se estruturando com seus parceiros da iniciativa privada, tão presentes no Ministério de Educação, e exercendo forte influência ao discurso de necessidade tecnológica no campo educacional. O que se assiste é um processo de atualização da pedagogia tecnicista, que se modifica e transforma-se no “[...] neotecnicismo digital que, além da virtualização da ação pedagógica, se conecta com a teoria da responsabilização por metas [...]” (Freitas, 2022).

Ao pensar nas estratégias de desmonte da educação, é necessário voltar no tempo e identificar a porta entreaberta pela pandemia de Covid-19 para a materialização intensa das tecnologias digitais, por consequência, a plataformização

da educação no campo educacional. O período de calamidade pública colocou em suspenso as análises mais críticas sobre os usos apenas instrumentais desse aparato digital, ocultando a problematização acerca dos impactos causados ao processo educativo, bem como os interesses nas prestações de serviço oferecidas por empresas de tecnologia do capitalismo global, as chamadas *Big Techs*.⁶

Nessa esteira, Mendes (2024) reflete a respeito da continuidade dos usos das plataformas no pós-pandemia, com ampla difusão de discursos a favor da adoção irrestrita de pacotes educativos privados, com vistas a simplificar problemas antigos agravados pelas sistêmicas desigualdades socioeconômicas e culturais de um país como o Brasil. Conforme esboçado pela mesma autora, o uso generalizado de plataformas e de ambientes virtuais não se limitou ao período de afastamento social, ele se mantém como “[...] um movimento contínuo, de ampliação da oferta de conteúdos educacionais estruturados em plataformas” (MENDES, 2024, p. 13).

A partir do marco histórico-temporal que representou a pandemia, o projeto hegemônico se fortaleceu, orientado por uma perspectiva de trabalho ainda mais flexível para atender os preceitos do modo de produção capitalista em sua vertente neoliberal. Desse modo, além de colocar em marcha seu modelo econômico, esse projeto transpõe a esfera pública e adentra a vida privada, instaurando novas relações sociais, escolares e de trabalho, agora também em outro plano – o do mundo virtual de plataformas digitais. Nessa conjuntura, não só é explorada a força de trabalho, mas também são subtraídas as subjetividades que orientam nossa maneira de ser, de pensar e de agir autônoma e politicamente. Antunes (2017) é categórico ao afirmar elementos conceituais para pensar esse estágio avançado do capital:

É evidente que o mundo da ‘empresa flexível’, da acumulação liofilizada (redução do número de trabalhadores nas organizações onde é aplicado), não alterou a forma de ser do capital, mas alterou, em muitos pontos, os mecanismos do padrão de acumulação do capital. E isso tem consequências, também, na própria subjetividade do trabalhador e nas distintas manifestações do fenômeno da alienação (Antunes, 2017, p. 23).

Nesse sentido, “[...] as novas morfologias do trabalho vêm sendo detectadas por diversos estudos, os quais estão avançando no desvelamento das mediações que

⁶ Ver PARRA, *et al.* Infraestruturas, economia e política informacional: o caso do *google suite for education*. Mediações-Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23, n. 1, p. 63-99. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32320>. Acesso em 1 de abril de 2024.

possibilitam a ocorrência do fenômeno da espoliação do trabalho através das plataformas digitais” (Teixeira, 2022, p. 23). Inspirando-se em Marx, Teixeira (2022) problematiza a função social da escola, esta que, a partir desse *modus operandi*, é submetida à lógica da produtividade, tornando-se reflexo das relações sociais dadas no capitalismo, pois contribui com a reprodução social ao fornecer determinada mão de obra que metaboliza as relações capitalistas de produção, colocando em xeque o trabalho docente e a educação escolar enquanto direito e bem público.

É nesse contexto que, assevera Teixeira (2022), as plataformas digitais e aplicativos em geral entram como componentes fundamentais para fortalecer o lado do empregador, possibilitando que ele controle e aumente, a um só tempo, a extração de mais-valia do empregado. Os dispositivos digitais, ao serem os principais responsáveis por mediar as novas relações de trabalho, conformam a impessoalidade entre as partes, materializada pela inexistência de uma atividade genuinamente humana. A exploração de extensas horas trabalhadas revela a desumanização e aliena o trabalhador submetido à lógica selvagem do acúmulo de capital. Aponta-se, então, que os impactos trazidos pela plataformização na educação são muitos, tendo como horizonte a análise dos pressupostos políticos e pedagógicos subjacentes ao fenômeno, em que se observa a expansão da força política de organismos multilaterais externos em articulação de alianças com as corporações empresariais de capital aberto (Souza; Motta, 2024). A partir desse quadro, portanto, constrói-se a subjacente ideia de desmonte do trabalho docente (Silva, 2022).

É nessa perspectiva que o *neotecnicismo digital* se configura em meio às plataformas de aprendizagem *online*, em prol da personalização do ensino, defendendo as tecnologias adaptativas, a avaliação embarcada, “[...] em um processo que expropria o trabalho vivo do magistério e o transpõe como trabalho morto no interior de manuais impressos e/ou plataformas de aprendizagens” (Freitas, 2018, p. 17). O neotecnicismo digital, tem, portanto, seu apogeu na atualidade com o fenômeno da Plataformização da Educação, em que pese a ideia de substituição de professores por tutores, a abreviação dos conteúdos, a prática de estudo solitária dos estudantes, o processo de estudo gamificado, entre tantas outras características apontadas por Pimentel e Carvalho (2023). Em suas reflexões acerca do cibertecnicismo, Matiola, Santos e Souza Neto (2026) ressaltam que essas características se asseveram mais

ainda quando se problematiza o atual cenário de precarização docente em meio à exploração, à intensificação e à expropriação intelectual.

Considerações Finais

Neste estudo, entende-se que a inserção de tecnologias digitais no campo educacional precisa ser problematizada, principalmente, em razão das parcerias público-privadas que têm colocado em xeque o direito de todos aqueles que dependem da educação pública, tornando-se necessárias e urgentes as reflexões a respeito da atual conjuntura em que se insere a educação no Brasil.

Deve-se acrescentar a esse movimento as lutas sociais coletivas, alçando também o espaço acadêmico como lugar de resistência ao projeto hegemônico, de modo a fortalecer coletivamente a produção de pesquisas para a produção de denúncias e críticas. Condições essas fundamentais para compreender o atual curso da história, desvelando a lógica de mercantilização da educação que vem sendo legitimada exponencialmente pela inserção das tecnologias via plataformas digitais no ensino, de maneira a consolidar o capital das *BigTechs* no domínio mundial.

Em perfeita consonância com a política neoliberal e o neotecnicismo digital, a plataformização tem contribuído para a mercantilização e a privatização da educação, por meio de conluíus legitimados em acordos de cooperação técnica, assinados pelos próprios atores da esfera estatal. Consequentemente, esse processo atinge o professor em seus direitos, bem como sua estabilidade econômica, emocional, social e intelectual, condições que fragilizam sua identidade com a docência.

Contudo, discutir a privatização da educação, embora fundamental, não é o suficiente, ou seja, para além disso, é indispensável trazer para o centro de nossas pautas o fenômeno de transferência de responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. É preciso colocar à vista de todos como o movimento privatista tem ocorrido por dentro da esfera pública, na qual o próprio Estado funciona como regulador e proponente de políticas pretensamente públicas, pois, veladamente, financia a privatização não só do campo educacional, como também dos mais diversos setores da sociedade.

A problemática foi, em grande medida, respondida ao confirmar a precarização da docência por meio do gerencialismo mediado pelo neotecnicismo e pelas iniciativas

neoliberais da NGP. Instauradas desde a década de 1990, essas iniciativas têm sido as grandes balizadoras das políticas públicas educacionais e mola propulsora do projeto hegemônico de educação, dando as cartas do jogo, fortalecendo-se, agora, também, pelo fenômeno da plataformização da educação. O viés organizacional dessa racionalidade está assentado em pilares empresariais, com destaque para o gerenciamento, o controle e a padronização do trabalho docente, cujos interesses privados em detrimento do bem público fazem aumentar a exclusão social. Sendo assim, a NGP como nova estratégia do capital para produção de valor em meio à mercantilização da educação escolar, materializada em contratos, parcerias, convênios, consultorias e prestações de serviço que notadamente apresentam as plataformas digitais como soluções mágicas para os problemas estruturais da educação, tem colocado em xeque a educação escolar pública, gratuita, laica, de qualidade social referenciada e, fundamentalmente, em sua oferta presencial.

Ressaltamos que as instituições responsáveis pela educação das futuras gerações precisam criar, cada vez mais, condições colaborativas de discussões populares e contra-hegemônicas pelas quais se respaldem críticas que possam culminar em práxis pedagógicas que venham a se constituir como resistência aos consensos dominantes. Em que pesem os diversos entraves que refletem as contradições capitalistas, as instituições escolares ainda precisam se erigir como espaços potentes de diálogo, de relações humanas e de resistência contra a hegemonia do capital. Igualmente, faz-se urgente opormo-nos a modelos teóricos e metodologias educativas homogeneizantes que padronizam os comportamentos de crianças e jovens e visam enquadrar esses sujeitos única e exclusivamente a um mercado de trabalho que precariza, exclui, culpabiliza e desvaloriza o trabalho e a inventividade humana. Por fim, entendemos a importância de mantermos a luta por uma formação continuada humana e crítica, a partir de processos formativos omnilaterais, que visem uma formação integral do ser humano e que tenham o trabalho como princípio educativo, conforme preconizou Dermeval Saviani, rumo a uma outra sociabilidade.

Referências

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 58).

ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A reforma do ensino médio e a plataformização da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 01-26, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61619/43301>. Acesso em 21 de janeiro de 2025.

BETLINSKI, Carlos; SANTOS, Wesley Dias. Docilidade e disciplinamento do professor no contexto do projeto educativo neoliberal. **Revista Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, e-816, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/816/521>. Acesso em 21 de janeiro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.533 de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Diário Oficial da União, Seção 1. Brasília, ano 161, n. 8-B, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

CARVALHO, Felipe; PIMENTEL, Mariano. Cibertenicismo. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 31, p. 1-22, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/13919/11101>. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SILVA, Elem Rose Vasconcelos da; JACOMINI, Márcia Aparecida; ROCHA, Antônio de Jesus. Pesquisa-Ação e Gerencialismo de Plataforma da Rede Estadual Paulista de Educação. In: **Preprints**, 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8882/16598>. Acesso em 14 de dezembro de 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: SOARES, Magda Becker; KRAMER, Sônia; LUDKE, Menga. **Escola Básica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1992.

FREITAS, Luiz Carlos de. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda. **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1992a. p. 89-102.

FREITAS, Luiz Carlos de. Conjunturas e impactos na formação de educadores: análises e perspectivas. **Encontro da ANFOPE**, 21, 2023. Anais [...]. Brasília: Anfope, 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019. (Coleção Estado de Sítio).

LIMA, Paula Valim de; PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira. Novas tecnologias, velhas propostas: soluções educacionais privadas do analógico ao digital. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 22, n. 48, p. 01–15, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/62246>. Acesso em 22 de outubro de 2025.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATIOLA, Raquel Pinheiro; SANTOS, Rafael dos; NETO, Alaim Souza. Dos usos das tecnologias ao fenômeno de Plataformização da Educação: uma perspectiva crítica de análise do trabalho docente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2026.

MELLO, Micaela Balsamo de; SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas; PEREIRA, Rodrigo da Silva. A outra face da era digital: a nova gestão pública e o controle do trabalho docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, p. 899-916, set./dez. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1642/1142>. Acesso em 14 de dezembro de 2024.

MENDES, Marina da Gama. **A plataformização nas políticas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro**. 2024. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) –UERJ, Rio de Janeiro.

PARRA, Henrique; CRUZ, Leonardo; AMIEL, Tel; MACHADO, Jorge. Infraestruturas, economia e política informacional: o caso do google suite for education. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 63-99. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32320>. Acesso em 1 de abril de 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação e Pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n.

26, p. 13-27, jan./abr. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Paula Alves Pereira da. **EdTech e a plataformização da educação**. 2022. 287f. Tese (Doutorado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro.

SILVA, Larissa Cândido da; GONZALEZ, Jeferson Anibal. O programa de Ensino Integral na rede estadual de São Paulo: empresariamento, militarização e controle do trabalho educativo. In: **Simpósio internacional práxis itinerante: empresariamento e militarização da educação**, Anais [...]. Londrina: UEL, 2024.

SOUZA, Camila Azevedo; MOTTA, Vânia Cardoso da. Educação delivery: diretrizes internacionais para a educação básica na conjuntura pandêmica ampliam a mercantilização da educação. **Períodico Horizontes**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. e023127, 2024. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1813/869>. Acesso em 14 de dezembro de 2024.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **A uberização do trabalho docente: reconfiguração das condições e relações de trabalho mediados por plataformas digitais**. 2022. 307f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPE, Recife.